

AGENDA 21 LOCAL



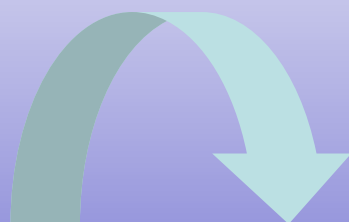
27-01-2



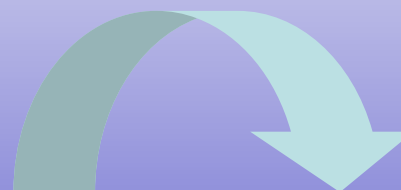
Associação Nacional de
Municípios Portugueses

**CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS
SOBRE
MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO**

**Conferência do Rio
1992**

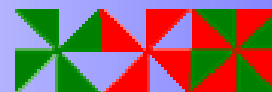


AGENDA 21



CAPÍTULO 28

AGENDA 21 LOCAL



Associação Nacional de
Municípios Portugueses

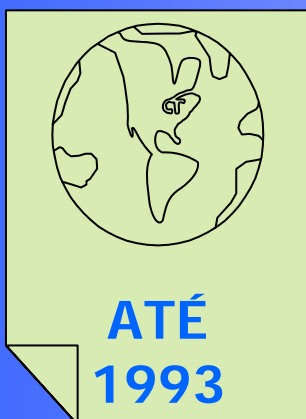
INSTRUMENTOS DE REFERÊNCIA





Associação Nacional de
Municípios Portugueses

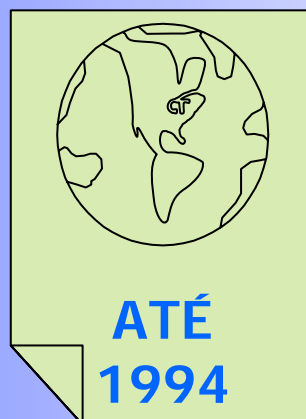
Objectivos a atingir



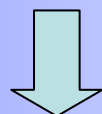
**ATÉ
1993**



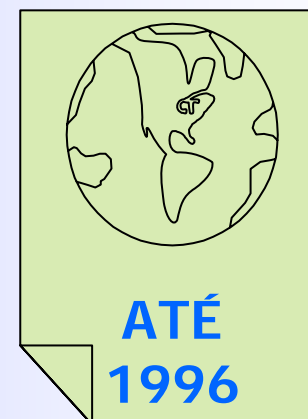
A comunidade internacional deve iniciar um processo de consultas destinado a aumentar a cooperação entre autoridades locais



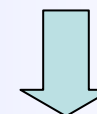
**ATÉ
1994**



Autoridades locais devem incrementar os níveis de cooperação e coordenação a fim de intensificar o intercâmbio de informações e experiências



**ATÉ
1996**

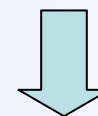
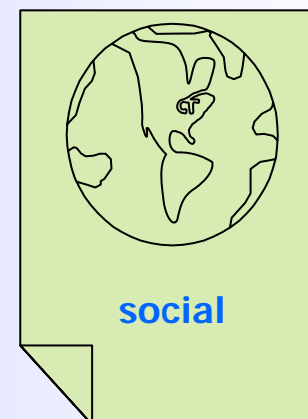
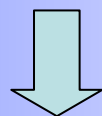
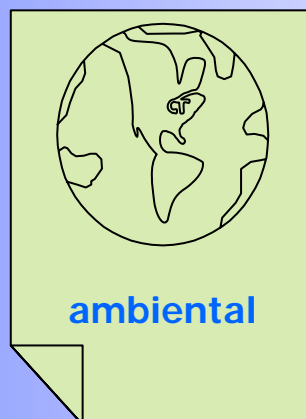


A maioria das autoridades locais de cada país deve realizar um processo de consultas às suas populações e alcançar um consenso sobre uma Agenda 21 Local para a sua comunidade



Associação Nacional de
Municípios Portugueses

Dimensões a considerar



**NECESSIDADE DE INTEGRAÇÃO DESTAS TRÊS DIMENSÕES NA
DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS LOCAIS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**



Associação Nacional de
Municípios Portugueses

CONCLUSÕES DO XIII CONGRESSO DA ANMP REALIZADO EM 12 E 13 DE ABRIL DE 2002:

As questões ambientais não podem ser autonomizadas, nem desligadas, dos processos de planeamento e gestão municipais do território, como se pertencessem a outro planeta. Significa isto que as competências municipais já definidas, mas ainda carentes de regulamentação na Lei n.º 159/99, devem ser inscritas em Agendas 21 Locais e serem claramente assumidas naqueles processos de planeamento e gestão ...



Associação Nacional de
Municípios Portugueses

CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA SOBRE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E REVISÃO DOS PDM'S ORGANIZADA PELA ANMP EM JULHO DE 2003:

Considerando o teor da Agenda 21 enquanto documento estratégico e modelar resultante da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que recomenda a adopção por parte do poderes locais de Agendas do Ambiente, elaboradas através de processos consultivos e do estabelecimento de consensos entre as Autarquias, cidadãos e organizações locais, a Associação Nacional de Municípios Portugueses empenhar-se-á na obtenção dos necessário meios legais, técnicos, humanos e financeiros que viabilizem a elaboração e implementação das Agendas 21 Locais enquanto documentos que promovem a integração das esferas ambiental, económica e social ao nível do planeamento e da gestão municipal, num processo participativo, envolvendo a comunidade local na definição de uma estratégia comum de acção de longo prazo, com vista à protecção do ambiente, à prosperidade económica e ao bem estar social dessa mesma comunidade.



Associação Nacional de
Municípios Portugueses

GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2005

MEDIDAS DE POLÍTICA A CONCRETIZAR EM 2005 Ambiente

Mobilização das Agendas 21 Locais como instrumentos privilegiados para a adopção de estratégias integradas e sustentáveis de desenvolvimento, no quadro de uma dimensão informativa, formativa, de adaptação às especificidades e enraizamentos locais e num contexto de empenhamento e de mobilização cívica, sendo acompanhadas de indicadores de sustentabilidade e de avaliação de desempenho.



Associação Nacional de
Municípios Portugueses

ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2005

ARTIGO 5º TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTAIS

Na execução do Orçamento do Estado para 2005 fica o Governo autorizado a:

20) Transferir do capítulo 50 do Orçamento do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território para as autarquias locais uma verba até € 150000, no âmbito do Programa Ambiente e Ordenamento do Território, medida “Sistemas de melhoria do desempenho e qualificação ambiental”, projecto “Agendas 21 locais”, da responsabilidade do Instituto do Ambiente, quando se trate de financiar acções aprovadas na sequência de candidaturas no âmbito da implementação de Agendas 21 locais



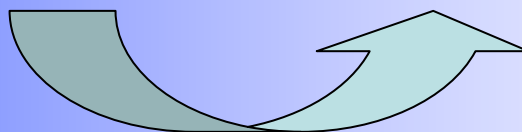
Associação Nacional de
Municípios Portugueses

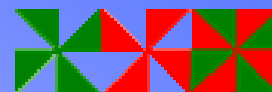
UM PRIMEIRO PASSO

a dar pelos Municípios



A subscrição da Carta de Aalborg
(Carta das Cidades e Vilas Europeias para a
Sustentabilidade) **constitui um dos**
melhores PONTOS DE PARTIDA
PARA O LANÇAMENTO DA
AGENDA 21 LOCAL





Associação Nacional de
Municípios Portugueses

A CARTA DE AALBORG PODE SER SUBSCRITA EM www.anmp.pt

A ANMP disponibiliza apoio aos associados através da difusão de informação, subscrição da Carta de Aalborg e procura de parceiros para a constituição de redes.



Associação Nacional de
Municípios Portugueses

PARA CONTACTAR AS ENTIDADES RESPONSÁVEIS

INSTITUTO DO AMBIENTE

Rua da Murgueira, 9
Apartado 7585 Alfragide
2721-865 AMADORA

Tel: 21 4728200
Fax: 21 4719074
E-mail: geral@iambiente.pt
www: www.iambiente.pt

CITY OF AALBORG

Technical Department
Stigsborg Brygge 5
DK-9400 Nørresundby
(Dinamarca)

Tel: + 45 9931 2173
E-mail: slt-teknik@aalborg.dk
www: www.aalborgplus10.dk

Local Governments for Sustainability

European Secretariat
Leopoldring 3, 79098
FREIBURG, GERMANY

Tel: + 49 761/36892-0
Fax: + 49 761/36892-19
E-mail: iclei-europe@iclei-europe.org
www: www.iclei.org/europe

The European Sustainable Cities & Towns Campaign

18 Square de Meeûs
B-1050 BRUXELLES

Tel: + 32 2 230 53 51
Fax: + 32 2 230 88 50
E-mail: campaign.office@skynet.be
www: www.sustainable-cities.org



Associação Nacional de
Municípios Portugueses

www.localevaluation21.org



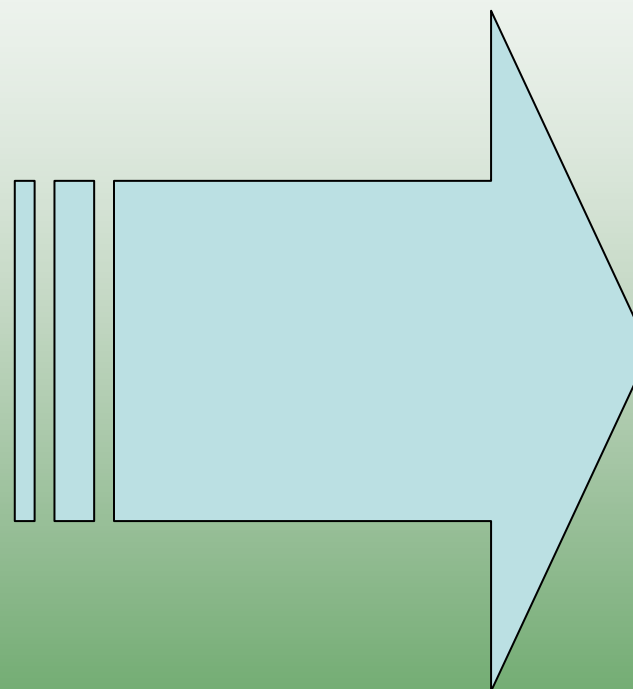
O Local Evaluation 21 é a ferramenta de autoavaliação on-line dos processos para o desenvolvimento sustentável do Município.

Pode utilizar esta ferramenta gratuitamente para avaliar os processos e o progresso para o desenvolvimento sustentável do ponto de vista da autoridade local.



Associação Nacional de
Municípios Portugueses

**SOBRE ESTE
ASSUNTO NA
ANMP DEVE
CONTACTAR:**



D E P A S EPARTAMENTO DE ROJECTOS SPECIAIS E POIO ÀS ECÇÕES

